

ATA DA 347ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi e Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. A Presidente iniciou a sessão às 09h45min, encaminhando para aprovação as atas da 342ª e 345ª Sessões Ordinárias, no qual foram aprovadas por unanimidade. Comunicou que, na última quinta-feira, recebeu a visita do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Samuel Moreira, do Prefeito de Lorena, Fabio Marcondes, e do Presidente da Câmara Municipal de Lorena, Luiz Fernando de Almeida Ribeiro, estando presente a Terceira Subdefensora Geral, Juliana Saad. Apontou que a visita teve em pauta o pedido de abertura de uma unidade da instituição na cidade de Lorena e comarcas do entorno. Comunicou que, na última quinta-feira, a Assessoria Parlamentar esteve em visita na Assembléia Legislativa para tratar projetos remuneratórios. Contatou o Presidente da Alesp, Deputado Samuel Moreira, a fim de viabilizar o pedido de urgência em reunião de líderes, na próxima semana. Comunicou que, nesta semana, esteve em Brasília na Secretaria de Reforma do Judiciário para participar de reunião na qual se discutiu a proposta de criação de um Conselho Nacional da Defensoria Pública. Informou que houve a participação de representantes do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), Defensoria Pública da União (DPU), Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) e Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef). Externou que as propostas avançaram sobre a presença de representantes de Ouvidorias, bem como a alternância da presidência entre o Defensor Público-Geral Federal, Defensores Públicos-Gerais dos Estados e Corregedorias-Gerais. Apontou que houve também o avanço sobre a conveniência de haver representantes das Defensorias nas composições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho do Ministério Público (CNMP), além de promotores e magistrados no Conselho Nacional da Defensoria Pública. Por fim, apontou que tão logo seja finalizado o projeto, disponibilizará a minuta. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as manifestações da Secretaria. Informou que todas as providências da sessão passada foram adotadas, no qual a Secretaria do Conselho expediu ofício para a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), Escola da Defensoria (EDEPE) e para a Corregedoria Geral para cumprimento das diligências aos processos CSDP 296/12, 067/13 e 225/13, respectivamente. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Sonia Coelho, Representante da Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, e também, Representante da Marcha Mundial das Mulheres. Ela agradeceu o espaço aberto de diálogo com a instituição, e relatou sua versão sobre os fatos ocorridos no evento promovido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, na última semana. Considerou que o tema aborto é uma questão de saúde pública, afetando principalmente as mulheres negras e pobres. Mostrou as dificuldades para a descriminalização do aborto no país, se colocando a disposição para continuidade da discussão, e vislumbrou que a temática fosse contemplada na reforma do Código Penal. Classificou que a democracia é dar voz àqueles movimentos que não dispõem de canal de comunicação efetivo com a sociedade, e destacou que o Deputado Federal Luiz Bassuma, presente ao evento, já conta com grande acesso aos meios de comunicação. Por fim, avaliou que a Defensoria deveria dar voz aos movimentos sociais que tratam do tema, tendo em vista que a missão da instituição é oferecer acesso à justiça aos necessitados. A Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Tais de Souza Lapa, Representante da Marcha Mundial das Mulheres. Ela sentiu contemplada pela fala da colega e desistiu de manifestar-se. A Presidente agradeceu a presença, parabenizou especialmente o NUDEM por promoverem um seminário sobre tema tão importante, e esclareceu que foi procurada

por movimentos sociais, que se posicionaram contra a descriminalização do aborto, solicitando a participação no debate, no qual foi concedido. Apontou que a Defensoria Geral contatou a Diretora da Edepe e decidiram ceder uma fala de trinta minutos a um representante do grupo, que indicou o Sr. Luiz Bassuma. Destacou que a Defensoria é espaço público aberto, e todos que desejarem se manifestar terão direito a voz, desde que a manifestação seja respeitosa e não contrária aos preceitos constitucionais e institucionais. Assinalou que a manifestação da Sociedade Civil por ocasião do evento é totalmente compreensível, mas que Defensores e Servidores não podem impedir a fala de qualquer pessoa dentro da Defensoria e que devem privilegiar o debate. A seguir, abriu a palavra aos Conselheiros para manifestações acerca do tema. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, apontou que o episódio deve ser analisado com cuidado, e externou contentamento pela vinda do movimento social ao momento aberto da instituição para posicionar-se sobre o fato ocorrido. Considerou que a reação dos movimentos sociais favoráveis à descriminalização do aborto durante o seminário não foi antidemocrática. Resgatou que a defesa do tema já havia sido solicitada por movimentos sociais durante os três Ciclos de Conferências realizados pela Defensoria. Analisou que a presença de um Deputado foi agressiva, e exemplificou que a situação é idêntica a um seminário sobre direitos LGBTTT que contasse com a participação de grupos religiosos radicais. O Conselheiro José Moacyr discordou da Ouvidoria-Geral, e avaliou inadequada a postura dos movimentos sociais durante o seminário, no qual não foi dada a oportunidade de um cidadão se manifestar em um evento realizado em um espaço público. Abordou que, um debate deve contemplar posicionamentos diversos e, caso soubesse que o evento era dedicado apenas a um viés, talvez não tivesse interesse em participar, contudo, avaliou que no momento de exposição do Deputado, os movimentos sociais poderiam ter se retirado da platéia como forma de repúdio. Por fim, destacou que a Defensoria, assim como o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, não representa a população, uma vez que os chefes dessas instituições não são eleitos pelo voto direto popular o que o faz questionar a legitimidade para a adoção de posições políticas. A Conselheira Luciana Zaffalon discordou da fala de José Moacyr, e apontou que a Defensoria Paulista tem como diferencial a realização de Ciclos de Conferência, no qual convida a população para participar das diretrizes da instituição. O Conselheiro José Moacyr considerou que deveria haver, então, regramento mais definido sobre as votações. O Conselheiro Rafael Vernaschi compartilhou do entendimento de que a Instituição não pode assumir posições políticas como esta, e apontou ser incabível à instituição bloquear a voz de um cidadão que deseja se manifestar. O Conselheiro Bruno Miragaia recomendou evitar hostilidade em eventos promovidos por instituições públicas, justificando que temas de grande envergadura é previsível incidente como o ocorrido. Contudo, avaliou que a manifestação dos movimentos sociais foi à reação de um grupo que historicamente não é ouvido pelo Legislativo. O Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti analisou que se houve alguma falha, esse se deu pelo equívoco no formato do evento promovido pela Defensoria, que inviabilizou o debate de ideias divergentes. Entretanto, compreendeu a postura dos movimentos sociais favoráveis à descriminalização do aborto, cuja reação provocou um debate público. Não havendo mais manifestações sobre o tema, a Presidente deu continuidade aos inscritos no momento aberto. Franqueou a palavra ao Representante do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral, André Kehdi. Ele informou que, nesta manhã, o Conselho Consultivo protocolou uma proposta de deliberação visando à instituição de transparência das sindicâncias, dos processos administrativos e dos demais expedientes correccionais existentes na instituição. Abordou sobre os argumentos que norteiam a proposta, mencionando que a Lei de Acesso à Informação e os julgamentos do Supremo Tribunal Federal são favoráveis à publicidade de atos do poder público. Considerou que, neste aspecto, a Lei Complementar 988/06, bem como as normativas do Conselho Superior que estão desalinhadas com a Constituição Federal. Por fim, ponderou que a sociedade civil tem o direito de ter acesso aos atos administrativos e julgamentos disciplinares. A Presidente agradeceu a presença, e fraqueou a palavra ao próximo inscrito, Odilon Guedes, Membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral. Ele mostrou a importância de que haja regras claras e a publicidade de atos de instituições públicas, e sinalizou que os atos não devem ficar ao arbítrio do Defensor Geral da ocasião. Por fim, criticou que a legislação preveja a composição das Subouvidorias por Defensores Públicos. A Presidente parabenizou o Conselho Consultivo da Ouvidoria por submeter ao Conselho Superior a proposta baseada em argumentos

sólidos, e apontou que a questão será debatida em momento oportuno. O Conselheiro Davi Depiné informou que o assunto será avaliado por sua relatoria, e avaliou a necessidade de haver segurança jurídica para que a Defensoria adote a medida de publicizar todos os atos institucionais. Apontou que no artigo 191 da Lei Complementar Estadual 988/06, diz que os autos de sindicância e de processo administrativos serão sigilosos e, ao final, arquivados na Corregedoria-Geral. A Conselheira Juliana Saad concordou com o entendimento do Segundo Subdefensor, e lembrou que, por ocasião da votação da Deliberação que tratou das Subouvidorias, ela havia mencionado que o tema desta envergadura não poderia ser discutido de maneira transversa e sim como principal objeto de um processo. Não havendo mais manifestações sobre o assunto, a Presidente deu continuidade à ordem do dia, passando para as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Luciana Zaffalon informou que as reuniões do Conselho Consultivo da Ouvidoria passarão a ser gravadas e disponibilizadas em bibliotecas áudios-visuais, para consulta, a fim de fornecer transparência nas discussões. A Presidente parabenizou a iniciativa, e apontou a necessidade de avançar na regulamentação da maneira como os membros do Conselho Consultivo são escolhidos. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon respondeu que em breve será apresentada uma proposta ao Conselho Superior. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano, destacou a profícua atuação da Associação nas tratativas dos projetos remuneratórios acerca da tentativa de aprovação do regime de urgência. Relatou que empreendem esforços junto com o Defensor Assessor Parlamentar da DPG, Gustavo Reis, e com a Presidente da Associação de Servidores, Érica Meireles. A Conselheira Marcia Garutti parabenizou a Defensora Geral nas tratativas do projeto de Conselho Nacional da Defensoria Pública, e considerou ser um passo importante na Consolidação das Defensorias no país. Informou que, nesta semana, foram realizadas correções nas Unidades de Franca e Barretos, e mencionou ter sido recebida com respeito e satisfação pelos Defensores, bem como pelo Judiciário local. Considerou que o trabalho desenvolvido pela Defensoria onde está instalada é fruto do reconhecimento local. Relatou que a Corregedoria-Geral tem recebido diversas queixas de falta de urbanidade dentre Defensores, Servidores, Estagiários e assistidos. Informou que os casos serão analisados, mas pediu para que todos refletissem sobre a melhor conduta que melhore a jornada árdua de trabalho, citando a cortesia, delicadeza e o respeito. A Conselheira Franciane Marques indagou como será a dinâmica de atendimento da Defensoria durante o recesso de final de ano do Judiciário. A Presidente esclareceu que a Defensoria deverá seguir a mesma dinâmica adotada durante o recesso Judiciário do ano passado. A Conselheira Franciane Marques reforçou o pedido para que os Núcleos dêem publicidade aos nomes dos Defensores que representam a Instituição em Conselhos. A Presidente pediu para que a Secretaria do Conselho contatasse a Primeira Subdefensoria, a fim de consultar o retorno da demanda, e posteriormente, oficiar os Núcleos sobre isso. A Presidente noticiou que, por motivos de saúde, o Defensor Davi Martins deixará as atividades na administração da Coordenação de Tecnologia da Informação. Agradeceu o trabalho do Defensor frente ao desenvolvimento do órgão, com absoluta dedicação e comprometimento, viabilizando grandes avanços na estrutura de tecnologia da informação da instituição. Comunicou que o Defensor Luiz Bressane assumirá a Coordenação, e destacou que, apesar de não possuir conhecimento técnico da área, seus serviços serão importantes na gestão dos projetos já desenvolvidos, em fase de implantação. O Conselheiro Luís Gustavo parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Defensor David Martins, e relatou sobre o quão ele sempre foi solícito na época da implantação do processo digital na unidade de Jaú. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou se algum Defensor irá substituir o cargo vago na Assessoria de Projetos Especiais da Defensoria Geral, após a indicação do Defensor Luiz Bressane. A Presidente apontou que ainda não há uma definição sobre o tema. Acompanhou as parabenizações os Conselheiros Bruno Miragaia, José Moacyr e o Representante da Apadep, Leonardo Scofano. Por fim, o Conselho Superior, por unanimidade, deliberou fazer moção de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Defensor Público David José Vicente Martins junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação. A Presidente informou que já foi agendado o pregão para compra da segunda tela de computador necessária para o processo digital. A Conselheira Juliana Saad informou que, nesta semana, as Subdefensorias realizaram reuniões com os Coordenadores Regionais e Auxiliares para apresentação da proposta inicial de distribuição de cargos de

Servidores, que já foi protocolada no Conselho Superior. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. Consigna-se que o Representante da Apadep, Leonardo Scofano ausentou-se da sessão em razão de compromissos assumidos. A Presidente sugeriu a inversão da pauta para exceções de processos urgentes, sendo aprovado por unanimidade. O Conselheiro Bruno Miragaia informou ter sido procurado por uma Defensora que possui demanda particular e tem interesse em dar celeridade no caso, pedindo a exceção em pauta. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade, chamando para discussão o processo CSDP nº 261/13 (Excetuaado a pauta). Interessada: Roberta Marques Benazzi Villaverde e Adriana Mayer dos Santos. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 01ª DP da Unidade de Mogi das Cruzes). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator manifestou o pedido de urgência em razão do contato direto em processos em que o cônjuge atua como juiz e a interessada como Defensora. A Presidente encaminhou para deliberação o pedido de abertura de prazo para que a carreira se manifeste acerca da publicação do edital, e por unanimidade, aprovou-se. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a seguir publicado. (COMUNICADO). Nos termos da deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 261/13, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas Roberta Marques Benazzi Villaverde, classificada na 7ª Defensoria Pública, Regional Mogi das Cruzes, Unidade Mogi das Cruzes, e Adriana Mayer dos Santos, classificada na 01ª Defensoria Pública, Regional Mogi das Cruzes, Unidade Mogi das Cruzes, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até o dia 11 de outubro de 2013, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. CSDP nº 228/13. Interessados: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais. Assunto: Proposta de Deliberação que autoriza a realização de concurso público de provas e títulos de estagiários de direito regionalizados na Capital, Região Metropolitana da Capital e Interior. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator informou ter recebido a lista final de aprovados, e proferiu o voto pela homologação. A Presidente encaminhou para votação e se aprovou por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista final de aprovados no certame, nos termos do qual será publicado. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselheiro José Moacyr proferiu o voto oralmente pela conversão do processo em diligência, a fim de colher a manifestação do Departamento de Recursos Humanos, para que liste de forma discriminada e individualizada, quais foram e por qual tempo os Defensores Públicos ocuparam cargos ou função de confiança da Administração Superior. A Presidente encaminhou para discussão

e deliberação, no qual foi aprovada a conversão, nos termos do voto vista. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto vista, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 189/13. Interessada: Danielle Rinaldi Barbosa. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Santo André / Para: Unidade Santos). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 223/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Pedido de revisão aos atos normativos preparatórios emitidos pela Comissão Organizadora das Pré-Conferências Regionais e da Conferência Estadual do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora manifestou o pedido de prorrogação para consulta a Segunda Subdefensoria, no qual foi concedido por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 227/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 234/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2007 a junho de 2008). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 235/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (fevereiro de 2013 a junho de 2013). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 236/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (janeiro de 2013 a junho de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório. A Presidente encaminhou para votação e foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. CSDP nº 237/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indicar um Defensor, e os demais como suplentes. A Presidente encaminhou para votação e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, impedido o Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento, nos termos do voto do relator, indicar o Defensor Público José Moacyr Doretto Nascimento para atuar como membro do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Deliberou, ainda, indicar os seguintes Defensores Públicos para a lista de suplentes na seguinte ordem: Gabriela Freitas Aleixo Galvão de Souza, Eduardo Belmudes, Wagner Ribeiro de Oliveira, Eduardo João Ra, Alessandro Valério Follador, Milena Jackeline Reis, Stefanie Kornreich, Paulo Arthur Araujo de Lima Ramos, Luiz Otavio Cotim Ferratto, Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles e Ana Carolina Minutti. CSDP nº 242/13. Interessado: Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (Outubro de 2012 a março de 2013). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por

unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/13. Interessado: Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indicar três Defensores para o Núcleo, e os demais inscritos como suplentes. A Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, aprovou nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os Defensores Públicos Fernanda Tattari Frazão de Vasconcelos, Paulo Fernando de Andrade Giotri e Tatiana Mendes Simões Soares para atuarem como membro do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Deliberou, ainda, indicar os seguintes Defensores Públicos para a lista de suplentes na seguinte ordem: Lucas Akira Pascoto Nishikawa e Estela Waksberg Guerrini. CSDP nº 246/13. Interessado: Núcleo Especializado de combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (julho de 2012 a janeiro 2013). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator proferiu o voto no sentido de converter em diligência para que o Núcleo se manifeste em alguns pontos do relatório que não foram abordados. A Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, aprovou-se nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 248/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de Pós Graduação no Exterior, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 028/11. Interessada: Deise Gomes da Cunha Tureta. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o quarto relatório de atividades. A Presidente encaminhou para votação, e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 050/11. Interessada: Lizandra Rabelo Duarte. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o quarto relatório de atividades. A Presidente encaminhou para votação, e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que, neste momento, a Corregedoria Geral solicitou sigilo da leitura e deliberação dos autos. Pediu que se retirassem do plenário os observadores que acompanhavam a sessão ordinária do Conselho Superior. Após, a Presidente chamou o processo CGDP CAEP nº 080/11. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório, apontou que foi juntado aos autos cópia do processo administrativo disciplinar do interessado, e justificou que ao quarto relatório não havia impedimento para a continuidade do estágio probatório. A Conselheira Marcia Garutti apontou que no quinto e último relatório do interessado a Corregedoria Geral adotará medidas cautelosas, a fim de avaliar a conduta do Defensor. A Presidente encaminhou para votação, e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatro dias do mês de outubro do ano de 2013.



Daniela Sollberger Cembranelh  
**Presidente**



Juliana Saad  
**Conselheira**



Bruno Ricardo Miragaia Souza  
**Conselheiro**



Franciane de Fátima Marques  
**Conselheira**



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**Conselheiro**



Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
**Conselheira**



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**



Marcia Regina Garutti  
**Conselheira**



Davi Eduardo Depiné Filho  
**Conselheiro**



Fabiana Botelho Zapata  
**Conselheira**




José Moacyr Doretto Nascimento  
**Conselheiro**



Luciano Alencar Negrão Caserta  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Rafael Valle Vernaschi  
**Conselheiro**